



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 137297-2/02 - Recife

Embargante: Ministério Público

Embargado: Antonio Francisco da Silva

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

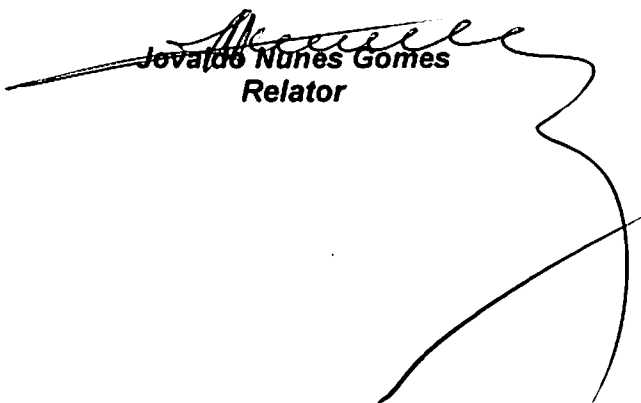
caso
5469

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. O órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa. Ausentes as hipóteses o art. 535 do CPC, não há como prosperar o inconformismo. Aclaratórios conhecidos, porém à unanimidade rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Jovaldo Nunes Gomes
Relator



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 137297-2/02 - Recife

Embargante: Ministério Público

Embargado: Antonio Francisco da Silva

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo **Ministério Público** contra acórdão que, por unanimidade, negou provimento ao Recurso de Agravo nº 137297-2/01, interposto contra decisão terminativa monocrática da minha lavrada lançada nos autos do Agravo de Instrumento nº 137297-2.

Alegou o embargante que o presente recurso tem a finalidade de suprir a omissão existente no Acórdão sobre os dispositivos previstos nos dispositivos do Código Civil que relacionam o exercício do direito de propriedade à proteção possessória com a finalidade social (art. 186, da CF, e arts. 1.196, 1.210 e 1.218, § 1º do CC) (fls. 04).

Requeru o pronunciamento explícito acerca dos dispositivos apontados para o fim de prequestionamento e eventual interposição de recursos para os tribunais superiores.

Pugnou pelo conhecimento e provimento dos aclaratórios.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Jovaldo Nunes Gomes
Relator



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 137297-2/02 - Recife

Embargante: Ministério Público

Embargado: Antonio Francisco da Silva

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

O acórdão embargado está vazado nos seguintes termos (fls. 20 do Recurso de Agravo nº 137297-2 /01):

"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE PROPOSTA CONTRA INTEGRANTES DO MST. DEFERIMENTO DE LIMINAR. AGRAVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE OBRIGATORIEDADE DE INTERVENÇÃO, ANTES DA CONCESSÃO DA LIMINAR. IMPROVIMENTO MONOCRÁTICO DA INSURGÊNCIA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (ART. 557 DO CPC). DECISÃO UNÂNIME. Não é nula a decisão que defere a medida liminar de reintegração de posse sem que o Ministério Público tenha sido ouvido previamente sobre o pedido".

Observo que os presentes aclaratórios possuem a nítida e confessada intenção de prequestionar os dispositivos legais indicados pelo embargante e não expressamente utilizados como razões de decidir na decisão embargada.

A simples leitura do acórdão impugnado, bem como do relatório e votos, os quais, ressalte-se, fazem parte do julgado, demonstra que as matérias ventiladas no agravo foram enfrentadas, não se podendo alegar a ocorrência de omissão no julgado.

Na terminativa por mim lançada no agravo, cujo conteúdo foi confirmado no julgamento do Recurso de Agravo, analisei de forma detalhada a liminar deferida, o que se pode ver às fls. 65/68 dos autos do Agravo de Instrumento nº 137297-2.

Não houve, portanto, qualquer omissão no voto que pudesse justificar a interposição dos presentes aclaratórios.

Ademais, como é cediço, o órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa.

Nesse sentido, veja-se o entendimento da 1ª Turma do STJ:

"O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

111

fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio" (AI nº 169.073-SP-Ag Reg, Rel. Min. José Delgado. Primeira Turma. Julg. 04/06/98).

Por outro lado, se a decisão não fez justiça ao embargante, o recurso cabível para reformá-la é outro. Embargos declaratórios não se prestam para tal. Válida, nesse particular, a transcrição de julgado da lavra do Des. Jones Figueirêdo (ED nº 51828-7/01):

"Processual Civil. Embargos Declaratórios. Obscuridade, contradição e omissão. Inexistência. Rejeição. - Ao julgador impõe-se, tão-somente, deixar expressa a necessária fundamentação do decisório, dispensando-se-lhe de analisar a controvérsia sob o enfoque sustentado pelo embargante. - O órgão judicial não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes; a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. Esta relatoria, contudo, analisou todos os pontos expostos, em nada se omitindo. - Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes, omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. - Embargos rejeitados, à unanimidade de votos."

Assim sendo, não há omissões a serem sanadas, assim como também não vislumbro a ocorrência de qualquer uma das demais hipóteses do art. 535 do CPC, pelo que voto no sentido de **CONHECER e REJEITAR** os embargos opostos.

É como voto.


Jovaldo Nunes Gomes
Relator